

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O que muda com a regulamentação da CBS?..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rombo de R\$ 19 bi pode virar superávit, diz novo secretário da Fazenda do Rio..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Médias do agro buscam ampliar receita com exportações..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - BRASIL E ALEMANHA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Setor privado dos dois países pressiona pelo fim da bitributação..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PGR pede a Mendonça para manter prisão de ex-presidente do INSS..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

A relação entre Ciro Nogueira e Daniel Vorcaro, e como o senador aparece no caso Master:
grande amigo de vida
..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Punição criminal para novos penduricalhos..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SERVIDOR PÚBLICO

BRB depende cada vez mais da ajuda do governo federal..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SERVIDOR PÚBLICO

Sindicato de delegados critica uso de fundo do DF para salvar banco..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresa querer ampliar margem será problema, diz Appy..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Motta diz que votará o fim da 6x1 e empresários pedem compensações..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais tributos, custe o que custar (Artigo)..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petróleo ajudará contas públicas, diz número 2 do Planejamento..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ajuda emergencial, dúvida a longo prazo..... 23

Quinta-Feira, 7 de Maio de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

BC faz uma intervenção fora de hora no câmbio (Editorial).....25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Commodity cai 7% com possível fim da guerra no Irã.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros despencam e Ibovespa avança com possível acordo entre EUA e Irã.....29

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - BRASIL E ALEMANHA
ECONOMIA

Brasil mira descarbonização da Europa.....30

O que muda com a regulamentação da CBS?

A Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) é um dos pilares da **Reforma Tributária** do Consumo. Junto com o Imposto sobre Bens e Consumo (IBS), foi concebida para substituir ICMS, ISS, PIS e Cofins. A contribuição federal avançou em sua regulamentação com a publicação do Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026. Por meio

desse ato, a União exerceu sua competência normativa ao detalhar as diretrizes do novo tributo, que passará a vigorar plenamente a partir de 2027, consolidando o início da transição para um modelo que se pretende mais simplificado.

Na esteira da sistemática do IVA Dual, o texto relaciona disposições da contribuição àquelas comuns ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados, Municípios e do Distrito Federal e já regulamentado pela Resolução CGIBS nº 6, de 30 de abril de 2026. Esses regulamentos ajudam a compor o arcabouço normativo da reforma, sujeitos a ajustes e aprimoramentos que certamente serão necessários ao novo sistema.

No que tange às especificidades da CBS, em caráter exclusivo ou distintas do IBS, destacam-se as regras de creditamento setorial, como as aplicáveis a resíduos sólidos, além dos regimes diferenciados para o PROUNI e o setor automotivo. Ademais, o decreto vincula as hipóteses de ressarcimento e repetição de indébito às normas da **Receita Federal** e disciplina o instituto do cashback, a devolução personalizada de **tributos** a famílias de baixa renda.

Além disso, ato conjunto da **Receita Federal** com o Comitê completa a tríade da regulamentação. Essa integração é imperativa para o tratamento de pontos centrais do sistema, o que se evidencia por cerca de 165 remissões que o regulamento da CBS faz à futura atuação coordenada entre os entes federados.

A adoção do novo sistema ocorrerá de forma progressiva, com marcos importantes de 2026 a 2033. Esse período de sete anos foi estruturado para permitir que empresas, contribuintes de modo geral, e também os próprios fiscos se ajustem às mudanças.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/07/all.pdf>

Rombo de R\$ 19 bi pode virar superávit, diz novo secretário da Fazenda do Rio

Camila Zarur e Rafael Rosas

O Rio enfrenta um cenário de déficit fiscal bilionário, mas vê saídas no horizonte. Na visão do novo secretário estadual de Fazenda, Guilherme Mercês, a entrada do Estado no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag) e a alta do petróleo com a guerra no Irã podem fazer as contas fluminenses saírem de rombo estimado de R\$ 19 bilhões para um superávit ainda neste ano. Para atingir o "azul", Mercês quer montar uma gestão na área econômica focada em três pilares: equilíbrio fiscal, conformidade tributária (cumprimento das obrigações por pessoas físicas e jurídicas) e melhoria do ambiente de negócios.

Ao Valor o secretário explica como pretende alcançar os resultados. Empossado há uma semana, Mercês assumiu a Fazenda num governo interino que se mantém no poder por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). É a segunda vez que o economista ocupa a secretaria, pasta que comandou entre 2020 e 2021. Uma das frentes de trabalho do secretário será a conformidade tributária, na qual diz que dará resposta dura aos "maus contribuintes".

Mercês afirma ainda que o Estado não fará um novo Refis e terá foco especial no setor dos combustíveis e na Refit, maior devedora contumaz do Rio. Em nota, a empresa afirmou que as "eventuais discussões tributárias envolvendo ICMS estão sendo debatidas no âmbito judicial e administrativo" e disse ter firmado acordo com o governo do Rio no qual realizou pagamentos de cerca de R\$ 1 bilhão em **tributos** no último exercício. A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor:

Qual diagnóstico o senhor faz da situação econômica do Rio?

Guilherme Mercês: A previsão na Lei Orçamentária Anual é um déficit da ordem de R\$ 19 bilhões. É claro que a guerra elevou os royalties e isso vai nos ajudar em termos de receita, mas a bem da verdade é que temos um dever de casa a ser feito para conseguir atingir os objetivos. Vamos trabalhar em um tripé de gestão. O primeiro é o equilíbrio fiscal e aí estou incluindo a primeira grande missão: o Propag. O Rio

tem que aderir ao Propag até o fim de junho, que é quando finaliza a liminar que conseguimos no Supremo Tribunal Federal (STF). Temos conversas intensas

com o Ministério da Fazenda, discutindo tecnicamente a adesão do Rio ao Propag, que é o novo Regime de Recuperação Fiscal. Vale lembrar que na minha primeira passagem, tínhamos um desafio similar. O Rio estava próximo a ser excluído do Regime de Recuperação Fiscal, e eu também tive que conduzir esse processo de renegociação. Essa é nossa primeira missão em termos de equilíbrio fiscal.

Valor: Quais os outros passos a serem tomados nesse sentido?

Mercês: Vamos fazer um grande mapeamento. Em no máximo duas semanas vamos conseguir apresentar um plano de potenciais receitas e recuperações de ativos. Tem um campo fértil para conseguirmos isso, muito em parceria com a Secretaria de Planejamento. Está bem afinada a conversa.

Valor: E as despesas?

Mercês: Vamos fazer o devido

controle de despesas, uma combinação entre aumento de receitas e controle de despesa. Então é Propag, aumento de receita e controle de despesa. Conseguiremos um equilíbrio fiscal maior.

Valor: Qual o segundo pilar? Mercês: O segundo pilar, alinhado com o que o governador [Ricardo Couto] tem adotado, é a conformidade tributária. O Rio

precisa não apenas dar um recado, mas construir estruturas, processos, institutos, boas medidas para que se valorize e preserve a conformidade tributária. O bom contribuinte deve ter bom tratamento, enquanto a Fazenda deve, sim, buscar e trabalhar intensamente contra os maus contribuintes, sonegadores e combater a fraude fiscal. Esse, sem dúvida, vai ser o foco da gestão. A conformidade tributária é fundamental.

Valor: O Estado fará novo Refis? Mercês: Agora que acabou o Refis, não há perspectiva de fazer um novo. Estamos estudando inclusive ferramentas mais modernas que o Refis e que outros Estados adotaram,

como a transação tributária. É um caminho importante que certamente vai ser avaliado. A União adotou isso em 2021 ou 2022. O modelo permite negociação entre a Procuradoria e os devedores.

Não é um pacote fechado como o Refis. A transação tributária tem uma parte que é por adesão, e outra, por negociação. A **Receita Federal** recuperou muitos bilhões de reais e outros Estados também vão na mesma direção.

Valor: Como o Estado pretende lidar com a Refit?

Mercês: O setor de combustíveis, de forma geral, merece nossa atenção porque é um dos principais arrecadadores de ICMS e certamente vai estar dentro do nosso programa de conformidade.

Valor:

Mercês: Por mais que façamos medidas de aumento de receita, conformidade fiscal e controle de despesa, a bem da verdade é que para vermos a economia e as contas do Rio saudáveis, precisamos que a economia cresça. O terceiro pilar é lançar uma agenda ampla, em parceria com o setor produtivo, para elencar medidas que possam melhorar o ambiente de negócios. Vamos trabalhar em resoluções e normativos internos que reduzam as obrigações acessórias e facilitem a vida do contribuinte. Isso vai ser trabalhado muito em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). As três vertentes demandam uma parceria muito forte com a Procuradoria.

Valor: Há estimativa de quanto o Estado pode economizar?

Mercês: A equipe ficou de me apresentar o plano nesta semana e vamos ter uma reunião com a Secretaria de Planejamento.

Valor: O que a aprovação do presidente para o Rio entrar no Propag muda no processo de adesão?

Mercês: Mais uma etapa do processo de adesão foi vencida, mas há outras. Estamos analisando aspectos jurídicos com a PGE e avaliando os ativos que podem ser usados para abatimento da dívida quando da entrada no programa. Os esforços estão voltados para concretizar a adesão até o fim de junho. Valor: O que falta?

Mercês: A principal questão é quais os ativos e em que medida eles vão abater a dívida do Rio com a União. O Propag permite o abatimento da dívida utilizando ativos do Estado de forma geral. Podem ser ativos imobiliários, fundos, royalties, recebíveis. Há um conjunto de elementos que podem ser incluídos para

abater a dívida e, com isso, ter parcelas menores [de pagamento do débito]. O que estamos discutindo, ao fim e ao cabo, é como, com uma combinação de

E o terceiro pilar?

redução de estoque e indexador, ter um dispêndio menor ao longo do tempo, de forma que não estrangule o Rio nem os outros Estados. A parcela [da dívida], principalmente depois do Regime de Recuperação Fiscal de 2017, era absolutamente impagável. Este ano, por exemplo, se não tivéssemos o Propag nem a liminar [do STF], o Rio teria que pagar cerca de R\$ 15 bilhões só de dívida com a União.

Valor: O aumento dos royalties devido à alta do petróleo pode reduzir o déficit de R\$ 19 bilhões?

Mercês: O petróleo mais alto vai abater uma parte desse déficit, mas não será suficiente para fechar todo o buraco. Por isso, vamos tomar medidas adicionais. Não posso pensar só em 2026, tenho que pensar em 2027. Pode ser que daqui a alguns meses eu não tenha mais o boom de receita de royalty causado pela guerra. Se o petróleo continuar ajudando, pretendemos entregar as contas com superávit significativo, de forma que consigamos reforçar o caixa para o próximo ano, até para fazer frente ao déficit previsto na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] do ano que vem, de R\$ 13 bilhões.

Valor:

A expectativa é terminar 2026 com superávit? Com certeza.

Mercês:

Valor: Tem uma meta para o tamanho do superávit?

Mercês: Pedi tanto para a Receita quanto para o Tesouro [estaduais] montarem as sugestões de medidas. Devemos discutir essa semana e na outra para então anunciarmos essas medidas, obviamente aprovadas com o governador.

Valor:

Qual será o impacto caso o Rio perca o julgamento dos royalties no STF?

Mercês: A Procuradoria está trabalhando no tema. Estamos confiantes, porque [a derrota] realmente inviabilizaria as contas públicas do Rio. Esse prejuízo para o Estado pode chegar a R\$ 9 bilhões anuais, além de prejuízo também para os municípios. Seria um baque nas contas. Inviabilizaria, pelo menos a médio prazo, a nossa atividade em termos de

prestação de serviços.

Valor:

Num cenário em que o desfecho no STF não seja favorável ao Rio, teríamos uma nova crise como a de 2015?

Mercês: Esse efeito não é imediato, mas o que pode acontecer é um colapso das contas. A atividade de petróleo para o Brasil gera dois tipos de renda: a receita decorrente do ICMS e a decorrente dos royalties. Hoje, o Rio não arrecada um real de ICMS sobre óleo e gás. Se ficarmos sem o royalty, não teremos nenhuma das duas receitas geradas pelo setor mesmo produzindo quase 90% do óleo e gás nacional. Evidentemente a figura do Rio dentro do pacto federativo ficaria muito enfraquecida. Porque não arrecadamos ICMS da nossa principal atividade e então o valor per capita para se prestar serviços públicos ficaria muito baixo.

Valor: Fazer parte de um governo interino aumenta o desafio?

Mercês: Primeiro, tem um papel de construção de opinião pública para demonstrar que medidas técnicas e boas podem ser tomadas, e isso é o melhor para o Estado. Também estamos pensando em medidas que sejam institucionalmente fortes. Ou seja, limites que possam proteger, no caso aqui da Fazenda, as contas públicas do Estado e os procedimentos fiscais que independem de quem vai estar na cadeira. Regras institucionais paramétricas que busquem referência em organismos multilaterais, em outros Estados e em outros países, para que sejam perenes e que se tornem políticas de Estado.

Valor: A secretaria hoje trabalha só com servidores de carreira?

Mercês: A ideia aqui é ter uma gestão, se não 100%, diria que 99% de servidores de carreira. Vou buscar valorizar as duas grandes categorias que tem aqui na Fazenda, os auditores e os analistas de finanças públicas. O gabinete nunca teve um auditor fiscal ou algum servidor aqui do Tesouro como chefe de gabinete. E agora teremos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Médias do agro buscam ampliar receita com exportações

"A aceleração veio com o investimento em nutrição de precisão e a expansão para equinos e ovinos" Roberta Maia

Exportar no próximo semestre, pela primeira vez, está nos planos da Avine, empresa avícola instalada em Fortaleza (CE) prestes a completar 35 anos de atividade. Nos últimos dois anos, a produtora de ovos de galinha e codorna participou de feiras globais do setor alimentício com o objetivo de captar clientes internacionais, em especial de países do Golfo Pérsico. Com R\$ 428 milhões de faturamento em 2025, a Avine quer ocupar a lacuna, nessa região, causada pelo descompasso entre a alta demanda da indústria de food service por ovos pasteurizados e o limitado fornecimento do produto, afirma Airton Carneiro Junior, CEO da Avine.

Apesar de constatar mais cautela dos importadores do Oriente Médio devido à guerra dos Estados Unidos com o Irã, o executivo mantém os planos de exportação para os países árabes. "Ainda assim, nossa estratégia de longo prazo permanece inalterada, com uma atuação mais intensiva, no curto prazo, na diversificação de mercados, com foco em oportunidades na África e na Ásia", observa Carneiro.

O mercado internacional tem sido um destino cada vez mais procurado pelas empresas de médio porte do setor do agronegócio, segundo o coordenador do FGV Agro, Guilherme Bastos. "O número de empresas médias e grandes exportadoras do agronegócio cresceu de 1.025, em 2008, para 1.439 em 2025, uma expansão de 40,4% em 17 anos", observa Bastos. "O valor das exportações desse grupo cresceu, no mesmo período, de US\$ 18,8 bilhões para US\$ 76,8 bilhões".

Os dados fazem parte do Relatório Anual de Comércio Exterior por Porte de Empresas, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A pesquisa considera estatísticas agrupadas da **Receita Federal**, que não disponibiliza números exclusivos de exportadoras de médio porte. Na análise de Bastos, os dados sinalizam oportunidades reais para expansão de médias empresas no agronegócio, sobretudo em nichos como laticínios especializados, proteínas diferenciadas, insumos biológicos e serviços de tecnologia agrícola.

Com produção diária acima de 2 milhões de ovos, a Avine atende a redes varejistas, atacadistas e ao segmento de food service em diversos Estados do Norte e Nordeste. Vende ovos pasteurizados, tradicionais, caipiras, de galinhas livres de gaiolas (cage-free), enriquecidos com ômega-3 e vitamina E e linha para o público infantil. Para este ano, a avícola prevê faturar perto de R\$ 460 milhões, 7,47% superior ao volume alcançado no ano passado.

Essa projeção é impulsionada por investimentos de R\$ 100 milhões em ampliação da capacidade produtiva, modernização das unidades e fortalecimento de linhas de maior valor agregado. "O projeto de exportação segue em avanço e, em breve, deverá se consolidar como um importante vetor de receitas", diz Carneiro.

Com sede em Campo Grande (MS), a Servsal é outra média empresa do agronegócio que está em busca da internacionalização. "Já mantemos negociações estratégicas com empresas no exterior", diz a CEO Roberta Luiza Gomes Maia. Sem revelar detalhes, a executiva conta que o foco inicial das exportações da companhia é uma linha de suplementação para pecuária de corte para países latino-americanos, com conversas mais adiantadas com potenciais clientes da América Central.

De fornecedora de insumos para criações, a Servsal migrou para linhas de nutrição de gado de corte e leiteiro e itens específicos para equinos, ovinos e caprinos, além de formulações customizadas para as carências minerais do bioma Pantanal. "Percebemos essa oportunidade ao notar que o Pantanal era frequentemente negligenciado pelas grandes indústrias devido à complexidade logística", afirma Roberta. "A aceleração veio com o investimento em nutrição de precisão e a expansão para atender equinos e ovinos."

Apesar de não exportar, a Agromax New Holland, com presença nos municípios de Anenindeua e Tailândia, no Pará, tem se beneficiado da demanda externa indiretamente. Revendedora de máquinas e peças da marca New Holland, com atividades iniciadas em 2009, a empresa tem seu desempenho atrelado ao plantio de soja e milho, importantes culturas agrícolas nas remessas brasileiras para o mundo.

"O Pará vem se consolidando como uma nova

fronteira agrícola, com expansão de culturas como soja, milho e pecuária tecnificada", afirma Andrea Ribeiro, CEO da Agromax New Holland. "Esse movimento aumenta a demanda por mecanização e tecnologia no campo."

Por outro lado, Ribeiro aponta que as vendas da Agromax dependem do ciclo da agricultura e das condições de crédito ao produtor. "Nossos clientes são dependentes de linha de crédito do governo e, hoje, as taxas de juros estão altas, e o crédito restrito", diz Ribeiro. Para este ano, a executiva espera um aumento nas vendas de 25% sobre os R\$ 160 milhões atingidos em 2025 .

Ribeiro tenta minimizar os impactos com a proximidade dos clientes. "Temos procedimentos e regras, mas, como conhecemos o cliente, conseguimos entregar uma máquina antes de o banco aprovar o crédito", afirma.

Por conhecerem o mercado de perto, as médias empresas têm vantagens competitivas na tomada de decisão, ressalta o diretor-executivo da Mid Falconi, Rafael Silveira. Na avaliação do consultor, essas empresas conseguem responder com qualidade e agilidade às particularidades de demandas, o que favorece a presença delas em segmentos, como o de insumos agrícolas .

"Nosso porte e cultura fazem com que haja maior geração de valor na relação, trazendo mais confiança e fidelização nas negociações", diz o CEO da Giroagro, Leonardo Sodré. Fabricante de fertilizantes líquidos e soluções para nutrição vegetal em Machado (MG), a empresa inaugurou, há três anos, uma fábrica de R\$ 170 milhões com capacidade produtiva anual de 600 mil quilos de bioinsumos, à base de fungos, e de 3 milhões de litros, à base de bactérias.

A habilidade para mudar a produção e penetrar em mercados específicos é outra vantagem das médias empresas. Enquanto micros e pequenos produtores não têm volume de produção, e os grandes grupos se concentram na estratégia de ganhos de escala, os diversos nichos de mercado em um país de dimensões continentais favorecem a lucratividade das companhias de médio porte. Para Genésio Vasconcelos, pesquisador do setor de parcerias privadas da Embrapa Sede, as médias têm mais mão de obra qualificada, tecnificação e automatização em relação às pequenas, além de maior flexibilidade operacional em comparação aos conglomerados.

"O médio produtor consegue entrar no varejo fatiado, mercado que não consome a escala de um grande e que o pequeno não acessa, porque a técnica é muito específica", diz Vasconcelos.

Em geral de origem familiar, muitas médias empresas enfrentam resistência quando é necessário profissionalizar a gestão, além de lidarem com alto endividamento e a dependência de crédito privado. Por isso, apesar das muitas oportunidades no agronegócio, planejamento é fundamental. "As perspectivas são positivas, mas exigem posicionamento estratégico", diz o coordenador da FGV Agro. "Para as médias empresas, isso significa avançar em processamento, diferenciação de produto e inserção em segmentos menos dominados por multinacionais."

Setor privado dos dois países pressiona pelo fim da bitributação

Com a entrada em vigor do tratado de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, empresários brasileiros e alemães retomaram com mais intensidade a negociação de um acordo para evitar a dupla tributação (ADT) em investimentos, transferência de tecnologia e renda nas transações entre Brasil e Alemanha.

Defendida pelo setor privado, a possibilidade de um acordo foi discutida entre as comitivas do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e do primeiro-ministro alemão, Friedrich Merz, em 20 de abril. Na ocasião, o texto apontou que "os dois governos sublinham a intenção de intensificar as negociações para a conclusão de um acordo sobre dupla tributação que promova o investimento e fortaleça as relações econômicas bilaterais".

Um tratado nessa direção tem potencial de ampliar em 47% os investimentos diretos da Alemanha no Brasil, além de aumentar em 19% as exportações brasileiras para o país europeu e em 14% as importações. Os dados são de um estudo feito pela Tendências Consultoria e apresentado no 42o Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), que também ocorreu às margens da Hannover Messe. O levantamento foi encomendado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK Brasil).

A consultoria também calculou o impacto na arrecadação de **impostos** federais. A estimativa é de perda de R\$ 13,5 milhões no primeiro ano, ou 0,00051% do total arrecadado pelo governo brasileiro. Ao mesmo tempo, esperase alta de R\$ 78 milhões no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

Brasil e Alemanha tiveram um acordo nesta linha que vigorou entre 1975 e 2005. Naquele momento, contudo, o país europeu decidiu rescindir a parceria por defender uma renegociação das condições. Só agora, 20 anos depois, há movimentação nesse sentido.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, avaliou que a questão da segurança jurídica e tributária afeta o potencial das relações bilaterais. "Nossos países precisam adotar um acordo moderno para evitar a bitributação. A inexistência, desde 2005, de um instrumento dessa natureza tem desestimulado os investimentos

bilaterais".

Alban avalia que o tratado de livre comércio entre os blocos cria um cenário positivo para o avanço das negociações bilaterais desse ADT. "Existe sintonia entre o setor privado do Brasil e da Alemanha para facilitar os investimentos recíprocos. Essa agenda da bitributação é muito importante", afirmou.

A avaliação do momento favorável foi compartilhada por Guillaume Durand, conselheiro de comércio da Representação da Comissão Europeia na Alemanha, que mediu debate sobre Mercosul e União Europeia. "O advento desse acordo dá visibilidade à relação bilateral de Brasil e Alemanha e coloca o foco nesse tema importante para as companhias alemãs."

Para a vice-presidente executiva da AHK Brasil, Barbara Konner, um acordo bilateral entre Brasil e Alemanha pode "virar o jogo" nas relações econômicas entre os dois países, já que hoje as empresas não atuam nesses mercados com as mesmas condições de competidores. Hoje, o Brasil tem mais de dez ADTs com países europeus e com a China, e a Alemanha tem acordos com oito países da América Latina.

"Ficamos felizes que houve um compromisso sério tanto do presidente Lula quanto do chanceler Merz com a questão da bitributação. Os governos se comprometeram a retomar as negociações, acelerar e fechar o quanto antes possível um acordo bilateral contra a taxação duplicada", disse Konner.

Em sua análise, a falta desse arcabouço contra a dupla tributação é o principal desafio para as empresas alemãs no Brasil. Uma das expectativas é que o acordo garanta maior competitividade de operações locais de multinacionais alemãs no Brasil frente a outras filiais, como é o caso do México, país com ADT em vigor com a Alemanha.

Procurada, a **Receita Federal do Brasil** informou que, até o momento, "as tratativas entre os dois países encontram-se em estágio exploratório" e "as discussões ainda não avançaram para a análise detalhada do conteúdo dos artigos ou definição de alíquotas". A previsão é a de definir os parâmetros iniciais em rodada de negociações a ser realizada em um "futuro próximo". "Não há cronograma fixo para a conclusão dos trabalhos, uma vez que o processo

depende de análises técnicas complexas e da construção de concessões mútuas", informou o órgão.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

PGR pede a Mendonça para manter prisão de ex-presidente do INSS

AGUIRRE TALENTO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça para manter a prisão preventiva do ex-presidente do **INSS** Alessandro Stefanutto e de ex-diretores do órgão suspeitos de envolvimento em desvios de aposentadorias. Stefanutto foi preso em novembro pela Polícia Federal em uma das fases da Operação Sem Desconto. Além dele, foram detidos o ex-procurador-geral do **INSS** Virgílio Antônio Ribeiro e o ex-diretor de Benefícios André Paulo Fidélis. Na manifestação, assinada pelo vice-procurador-geral Hindemburgo Chateaubriand, a PGR diz que o quadro para decretar as prisões permanece o mesmo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A relação entre **Ciro Nogueira** e **Daniel Vorcaro**, e como o senador aparece no caso **Master**: grande amigo de vida

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (7/5) uma nova fase da Operação Compliance Zero, que investiga suspeitas de fraudes financeiras ligadas ao Banco Master .

O presidente do partido Progressistas, **Ciro Nogueira** , está entre os alvos. A PF cumpre mandados de busca e apreensão em endereços dele em Brasília e no Piauí.

A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça**, relator do caso na corte. Em sua decisão, o ministro cita investigações que apontam possível atuação de **Nogueira** em favor de **Daniel Vorcaro** e do Banco Master.

A relação entre o senador **Ciro Nogueira** e o banqueiro **Daniel Vorcaro** apareceu em mensagens encontradas pela Polícia Federal no celular do empresário durante a investigação do caso Master.

O nome do senador já havia aparecido anteriormente nas investigações envolvendo **Vorcaro**.

Mensagens encontradas pela PF no celular do banqueiro e enviadas à CPMI do **INSS** mostram o empresário descrevendo **Ciro Nogueira** como um dos meus grandes amigos de vida e comentando propostas defendidas pelo senador que poderiam beneficiar bancos médios.

As mensagens fazem parte da investigação da PF que levou à prisão de **Vorcaro** em março deste ano, por decisão do ministro do STF **André Mendonça**. O ministro também autorizou que documentos e conversas encontradas no celular do banqueiro fossem enviados à CPMI do **INSS**, que apura a atuação do Banco Master no mercado de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas.

Em uma conversa com sua então namorada, a influenciadora **Martha Graeff**, em maio de 2024, **Vorcaro** diz querer apresentá-la ao político.

Quero te apresentar. Um dos meus grandes amigos de vida.

Ex-ministro da Casa Civil do governo **Jair Bolsonaro**, **Ciro Nogueira** é um dos principais nomes do Centrão, bloco de partidos que costuma negociar apoio político em troca de cargos e interesses legislativos.

Três meses depois, em agosto de 2024, **Vorcaro** volta a citar o senador ao comentar um projeto apresentado por ele.

Ciro soltou um projeto de lei agora que é uma bomba atômica no mercado financeiro!

Ajuda os bancos médios e diminui poder dos grandes! Está todo mundo louco.

Graeff comemora a proposta, e **Vorcaro** responde:

Kkk todo mundo me ligando. Sentiram o golpe.

Naquele período, durante a discussão da PEC sobre a autonomia do Banco Central, **Ciro Nogueira** apresentou uma emenda para elevar a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão. A proposta acabou não avançando.

As liquidações do Master, em novembro, e do Will Bank - que pertencia ao Master -, em janeiro, geraram um rombo estimado em cerca de R\$ 47 bilhões ao FGC, associação privada que funciona como uma espécie de seguro para investidores em caso de quebra de instituições financeiras.

As mensagens também mostram **Vorcaro** comentando planos de ir ao casamento da filha de **Ciro Nogueira**, **Duda**, acompanhado de **Graeff**.

Além disso, segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, a PF também encontrou mensagens enviadas pelo próprio senador a **Vorcaro**, embora o conteúdo ainda não tenha sido divulgado. Os investigadores também localizaram ordens de pagamento feitas pelo banqueiro para uma pessoa identificada apenas como **Ciro** , sem sobrenome.

Em outra conversa, datada de março de 2025, **Vorcaro** afirma que **Hugo** e **Ciro** teriam ido encontrá-lo para

falar com Alexandre , em aparente referência ao ministro do STF Alexandre de Moraes. A investigação não esclarece se o Ciro mencionado é o senador piauiense nem se o Hugo citado seria o presidente da Câmara, Hugo Motta.

Em julho de 2024, Vorcaro também reclamou com a namorada de uma postagem feita por Bolsonaro sobre o Banco Master.

Depois todos os amigos, o próprio Ciro ligou. Mas não tinha como tirar , escreveu o banqueiro.

Procurado pela BBC News Brasil na época da publicação original das mensagens, Ciro Nogueira não respondeu aos questionamentos.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

A relação entre Ciro Nogueira e Daniel Vorcaro, e como o senador aparece no caso Master: grande amigo de vida

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2026/05/74/14157-a-relacao-entre-ciro-nogueira-e-daniel-vorcaro-e-como-o-senador-aparece-no-caso-master-grande-amigo-de-vida.html>

Punição criminal para novos penduricalhos

» **IAGO MAC CORD**

Em uma ofensiva coordenada para estancar a criação de benefícios extra-teto na elite do funcionalismo, os ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Cristia-no Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinaram a proibição absoluta de novos penduricalhos em todo o Judiciário e em funções essenciais à Justiça.

As decisões, proferidas de forma simultânea, estabelecem que qualquer verba remuneratória ou indenizatória que não esteja expressamente autorizada pela Tese de Repercussão Geral - Tema 966 está vedada, sob risco de responsabilidade penal, civil e administrativa para os que ordenarem a despesa.

Dino deu início à investida, em decisão na Reclamação (Rcl) 88.319, na qual foi enfático ao determinar o bloqueio imediato de novos gastos. "Estão absolutamente vedados a criação, a implantação ou o pagamento de quaisquer parcelas de caráter remuneratório ou indenizatório, sob qualquer rubrica (...) que não estejam expressamente autorizadas na Tese de Repercussão Geral - Tema 966", frisou.

A medida é uma reação direta a notícias de que órgãos públicos estariam tentando contornar as regras fixadas pela Corte em março passado. De acordo com as normas estabelecidas pelo STF, o teto constitucional é o subsídio mensal dos ministros da Corte, atualmente em R\$ 46.366,19.

Dentro desse regramento, as parcelas indenizatórias foram limitadas a, no máximo, 35% do teto. Contudo, os ministros também autorizaram um adicional de valorização por antiguidade que pode chegar a outros 35%, o que permite, na prática, que os ganhos totais atinjam cerca de 70% acima do teto constitucional.

O cerco jurídico define como inconstitucionais benefícios específicos que vinham sendo utilizados para inflar os contracheques, como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-combustível e licenças compensatórias por acúmulo de função que desrespeitem os novos limites.

Nesse sentido, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou, no Recurso Extraordinário (RE) 968.646, que a proibição atinge qualquer rubrica que tenha surgido ou sido mantida sem o aval explícito da tese

firmada pelo tribunal.

Por sua vez, o ministro Cristiano Zanin, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.604,

acompanhou o entendimento, reforçando que a proibição é vinculante e que o descumprimento provoca responsabilidade direta para quem ordena as despesas.

Para garantir o cumprimento, os ministros impuseram a transparência ativa obrigatória. Tribunais, Ministérios Públicos, tribunais de contas, defensorias e advocacias públicas devem publicar, mensalmente, em seus sites, o valor exato recebido por membro e servidor, com o detalhamento de cada rubrica paga.

Sobre esse dever de transparência, o ministro Gilmar Mendes ressaltou, na ADI 6.606, "a obrigatoriedade de publicarem, mensalmente, o valor exato percebido pelos seus membros, indicando as respectivas rubricas, sob pena de os gestores responderem por discrepâncias entre os valores divulgados e os efetivamente pagos".

Conforme consta no documento assinado por Dino, a Secretaria Judiciária deve providenciar a expedição de ofícios aos chefes de todos os ramos do Judiciário e do Ministério Público com urgência, garantindo também a ciência imediata à Procuradoria-Geral da República sobre o teor das proibições.

A ofensiva ocorre em um momento de racha interno no STF. A divisão na Corte é entre o grupo articulador - composto por Moraes, Mendes e Dino - e o mais conservador, liderado por André Mendonça e Nunes Marques.

Memória

Extinção de 15 benefícios

» Em 25 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a extinção de 15 benefícios pagos à elite do funcionalismo público e manteve oito verbas indenizatórias específicas, cuja soma está limitada a 35% do teto de pagamento de **servidores públicos**.

» Enquanto o Congresso não editar nova legislação sobre o tema, os servidores em geral seguem vinculados ao Regime Estatutário, dentro dos limites já previstos em lei. Não há

previsão de votação de uma nova norma, sobretudo porque o Brasil está em ano eleitoral. Um grupo de trabalho, composto por representantes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, está responsável por implementar, de forma coordenada, as diretrizes fixadas pelo STF. O objetivo é garantir uniformidade na aplicação das regras e fortalecer os mecanismos de controle e transparência no pagamento de subsídios e vantagens.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/07/all.pdf>

BRB depende cada vez mais da ajuda do governo federal

Álvaro Campos De São Paulo

Após perder sucessivos prazos para a apresentação do seu balanço - que deve vir junto com uma solução para seu problema de capital - o Banco de Brasília (BRB) se comprometeu com o Banco Central (BC) a entregar esse pacote até o dia 29, e o regulador não parece nem um pouco propenso a dilatar novamente essa data. Com três semanas até lá, não há nenhuma outra alternativa avançada e o banco do Distrito Federal (DF) depende cada vez mais de uma ajuda da União.

Em março, o CEO do BRB, Nelson de Souza, detalhou ao Valor seis alternativas que estavam na mesa naquele momento: 1) constituir um fundo imobiliário com imóveis do governo do Distrito Federal (GDF), possivelmente junto com um fundo de participações (FIP) em que entrariam parte das ações do governo distrital na CEB e Caesb; 2) um FIDC com os ativos do Master; 3) venda de subsidiárias, como a financeira do grupo; 4) resgatar - com deságio - R\$ 3,8 bilhões em letras financeiras subordinadas; 5) empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC); e 6) empréstimo junto a bancos privados.

A primeira proposta, do fundo imobiliário, enfrentou questionamentos jurídicos e não andou. O FIDC com ativos do Master realmente foi feito, em parceria com a Quadra Capital, e deve render ao BRB ao menos R\$ 4 bilhões, que entrarão no caixa ainda este mês. Mas isso resolve apenas o problema de liquidez, não de capital. O desinvestimento de subsidiárias também ainda não está próximo de um desfecho e, da mesma forma, geraria caixa, mas não atacaria a questão patrimonial. O resgate das letras financeiras ajudaria e não depende de outras partes, mas teria um efeito ruim entre os investidores e, sozinho, não é suficiente.

Por fim, restam as duas últimas opções, que em função da negativa do FGC em entrar sozinho, acabaram virando uma só, ou seja, o fundo só emprestaria ao GDF (para este fazer um aporte no BRB), se for como parte de um pool de bancos. Como Caixa e Banco do Brasil não vão participar desse consórcio, restaram os privados, mas as conversas não estão fluindo como o esperado. Não está claro nem quem é o líder das conversas. Há quem diga que é o BTG e quem alegue que se trata do Bradesco.

"A situação é de uma complexidade muito grande. Está tudo muito confuso, é um impasse", resume um banqueiro que participa das conversas. "A proeminência da solução caberia ao BC, mas ele está com uma postura de Pilatos e lavou as mãos. O governo do DF também precisa ajudar mais, sacrificar alguma coisa. Precisa dar os anéis para manter os dedos", aponta outro interlocutor.

A solução do pool FGC/bancos privados passa ainda por uma ajuda da União. Sem capacidade financeira para tomar um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões e aportar sua fatia no aumento de capital de R\$ 8,8 bilhões já aprovado pelo BRB, o GDF está nas mãos do governo federal. A governadora, Celina Leão (PP), já solicitou ajuda ao ministro da Fazenda, Dario Durigan, mas o xadrez político é complexo. Ela era vice de Ibaneis Rocha (MDB), ambos de forte oposição a Lula, e vai concorrer à reeleição tendo como companheira de chapa Michelle Bolsonaro, que disputa uma vaga no Senado.

A governadora vem tentando ser recebida por Lula, mas ainda não conseguiu esse encontro. Com uma situação fiscal precária, o DF tem uma nota ruim e, desta forma, umas das opções na mesa é o Tesouro abrir uma exceção (como fez com os Correios) e fornecer garantias para o governo distrital tomar o empréstimo com FGC/bancos.

Outra alternativa é encontrar alguma forma de flexibilizar as regras do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Pelas normas, esses recursos devem ser usados na manutenção das forças de segurança do DF e serviços públicos como saúde e educação, mas haveria algum espaço de manobra.

Em entrevista ao Valor, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou que o uso do FCDF é uma possibilidade. "Estamos pressupondo que a intenção do GDF é tomar a operação e pagá-la. Se é esse o objetivo, não há problema em dar uma garantia que seja importante, até reforça o interesse deles em pagar e sem agir plenamente depois com a operação. Isso é bom porque reduz o risco para a União e ajuda o GDF. Então, parece bem justo um processo como esse."

Com a faca e o queijo na mão, Lula tem deixado Ibaneis/Celina "sangrarem" com o escândalo do

Master, mas o limite para esticar a corda parece ter sido atingido. Deixar o BRB quebrar afetaria fortemente a economia da capital federal, com um impacto direto tremendo em quase 120 mil **servidores públicos** do DF. Mesmo o Distrito Federal tendo um eleitorado majoritariamente bolsonarista, é preciso pensar em quem o custo político respingaria.

Se o aval da União não sair e o BRB não conseguir o empréstimo com FGC/bancos, restam apenas duas opções, ambas traumáticas.

A primeira seria uma privatização, que Celina tenta evitar de todas as formas a poucos meses da eleição. E, além disso, há a questão de quem compraria. São poucos players com capital e apetite. "Para privatizar, seria necessário ter os balanços publicados e auditados, criar um "data room" com todas as informações, para o eventual comprador poder fazer um "due diligence" minimamente adequado. Ainda deve passar pela Assembleia Legislativa do DF, que precisa aprovar isso, há risco de judicialização, questionamento do Tribunal de Contas. É um processo longo e complexo", afirma um observador.

A última opção é uma liquidação, que também seria bastante complicada. Quando isso acontece com um banco privado, o BC bloqueia os bens dos controladores. Quando diversos bancos estaduais foram liquidados ou privatizados nos anos 1990, dentro do Proes, houve leis e acordos específicos para saneamento e federalização ou privatização dessas instituições.

Além disso, há o custo para o FGC, que já viu metade do seu caixa ser consumido pela quebras dos bancos do conglomerado do Master. As últimas informações públicas disponíveis, de setembro do ano passado, mostram que o BRB tinha R\$ 53,004 bilhões em depósitos e mais R\$ 12,625 bilhões em LCI/LCA. Não está claro qual seria o impacto para o FGC, em função do limite de R\$ 250 mil por investidor e também porque o BRB tem quase R\$ 30 bilhões em depósitos judiciais, que não entram na conta.

De qualquer forma, a fatura para o fundo seria de algumas dezenas de bilhões de reais. Questionada se o BC e o setor bancário - que comanda o FGC - estão mesmo considerando uma liquidação do BRB, um interlocutor diz que só com uma bola de cristal é possível prever o fim dessa história. Mas não descarta essa medida mais drástica. "Bombeiro medroso não funciona. Se for preciso, isso será feito."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Sindicato de delegados critica uso de fundo do DF para salvar banco

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal (Sindepo-DF) divulgou uma nota contra o uso das receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) como garantia ao empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões para salvar o Banco de Brasília (BRB). A ideia é defendida pelo Ministério da Fazenda.

O FCDF é destinado ao pagamento da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, além de serviços públicos de saúde e educação. Abastecido anualmente com recursos da União, o fundo é uma das principais fontes de receita do Distrito Federal.

"A eventual vinculação do FCDF a obrigações relacionadas ao BRB, ainda que indireta, agrava o cenário, ao transferir riscos financeiros decorrentes de gestão ou decisões de mercado para um fundo de natureza constitucional, cuja finalidade é assegurar políticas públicas essenciais", diz o Sindepo-DF no texto. "Tal expediente não apenas fragiliza a segurança jurídica do modelo, como pode gerar efeitos fiscais adversos, inclusive com repercussões sobre a política remuneratória das carreiras e a capacidade de investimento do Estado", completa.

Para o sindicato, **servidores públicos** e a população do Distrito Federal não podem ser penalizados pela crise financeira do BRB. "O FCDF é instrumento constitucional de financiamento de políticas públicas essenciais. Não comporta desvio, não admite risco e não pode ser utilizado como garantia de terceiros."

O governo do Distrito Federal busca um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões para salvar o BRB após o escândalo do Banco Master. Contudo, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e os bancos têm reticências a fazer esse empréstimo, devido à falta de garantias robustas.

A governadora Celina Leão solicitou que a União seja avalista do empréstimo, mas a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é contra. Hoje, o DF não atende os requisitos para tomar um empréstimo com garantia do Tesouro Nacional, e uma flexibilização da regra seria admitida somente em caso de risco sistêmico.

Por isso, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, passou a defender que as receitas do FCDF sejam utilizadas como garantia desse empréstimo.

Ao Valor, o secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron, também defendeu a alternativa. "Estamos pressupondo que a intenção do GDF é tomar a operação e pagála. Se é esse o objetivo, não há problema em dar uma garantia que seja importante", disse Ceron.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Empresa querer ampliar margem será problema, diz Appy

Ex-titular da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**, Bernard Appy afirmou que é compreensível que o setor privado esteja ansioso neste momento em que há ainda muitas regulamentações a serem feitas na **reforma tributária** sobre consumo, mas alertou que, se todo mundo resolver aproveitar este momento para aumentar a margem, será problema.

"É importante entender que se o concorrente fizer a conta certa, vai ganhar mercado", disse Appy em evento sobre **reforma tributária** realizado pela Abrasca, associação que reúne as empresas de capital aberto, em parceria com o escritório Loria Advogados e Seta/FSB Holding. Quem quiser fazer direito, ressaltou, vai conseguir lidar com a questão concorrencial. Se todos mantiverem a margem, o resultado final será positivo para a sociedade, afirmou.

Appy destacou que o trabalho integrado entre as três esferas federativas (União, Estados e municípios) durante a elaboração das propostas das leis complementares da **reforma tributária** mostrou que o federalismo cooperativo é possível. "Esse processo exige abertura, é preciso disposição para o diálogo. As coisas não são lineares, às vezes vai e volta, mas o processo tem sido positivo."

O processo no âmbito do setor público, disse, precisa ser complementado com diálogo com o setor privado. Isso é "absolutamente fundamental" e há bastante trabalho a ser feito na regulamentação, observou. Ele lembra que houve no último dia 30 a regulamentação da CBS e do IBS, os dois novos **tributos** que a **reforma tributária** cria. "Há muito trabalho nos próximos meses. Muitas situações específicas que ainda precisam ser resolvidas."

Ele defendeu que é preciso montar "o mais rápido possível um sistema de consulta ágil", porque há muitas dúvidas que vão aparecer e os procedimentos precisam estar claros para quem está operando no novo sistema.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Motta diz que votará o fim da 6x1 e empresários pedem compensações

DANIEL WETERMAN

Empresários ouviram do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na terça-feira, que não dá mais para segurar o fim da escala 6x1 e que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) será pautada na Casa antes das eleições.

Diante desse quadro, o setor vai pedir ao Congresso a aprovação de quatro medidas para diminuir os impactos econômicos da mudança: vincular a redução da jornada de trabalho a acordos coletivos; estabelecer um período de transição de dez anos; dar tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas; aumentar o teto do Simples Nacional.

Na terça-feira, a comissão especial da PEC sobre o fim da escala 6x1 na Câmara aprovou um plano de trabalho que estabelece a votação da proposta até o dia 27 de maio pelo plenário da Casa. A medida é classificada como prioritária para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para Motta.

Uma comitiva de empresários de São Paulo liderada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) viajou a Brasília para fazer uma espécie de "blitz" em gabinetes de deputados e tentar interromper a votação da proposta.

O grupo é contrário a uma redução imediata da jornada de trabalho sem redução de salários e alega que ela trará aumento de custo para os negócios e risco de demissões. No mesmo dia, centrais sindicais também foram à Câmara para abordar parlamentares e defender a aprovação da PEC.

A PORTAS FECHADAS.

Os empresários foram recebidos pelo presidente da Câmara em uma reunião fechada no fim da tarde de terça-feira. O grupo argumentou que não era contra a redução da jornada de trabalho, mas disse que o tema não deveria ser discutido por meio de uma PEC nem ser pautado em período eleitoral.

"Se perguntar para qualquer um se quer trabalhar menos e ganhar a mesma coisa, todo mundo falaria que sim. A questão é fazer tudo com responsabilidade e com calma", disse a assessora jurídica da

FecomercioSP, Sarina Manata, ao Estadão/Broadcast.

"A redução imediata da jornada de trabalho sem qualquer previsibilidade para o empregador causaria grande impacto econômico, especialmente nas pequenas empresas, que teriam menos condições de absorver isso."

Motta garantiu que o setor empresarial será ouvido no debate, mas ponderou que a PEC será pautada e não dá mais para segurar a proposta, que tramita desde 2019 na Câmara. Diante da resposta, os empresários começaram a preparar emendas para que deputados apresentem na PEC e tentem reduzir os impactos econômicos da medida.

O grupo empresarial vai defender três alterações diretas no texto e uma quarta proposta (por meio de um projeto de lei complementar) de aumentar o teto do Simples Nacional, o que faria com que mais empresas se encaixassem no regime especial que concede benefícios tributários e diminui o valor de **impostos** pagos à União.

O setor defende a ampliação do limite de faturamento anual de todas as faixas do Simples: o microempreendedor individual (MEI) de R\$ 81 mil para R\$ 145 mil, a microempresa (ME) de R\$ 360 mil para R\$ 870 mil e empresa de pequeno porte (EPP) de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,695 milhões.

A Câmara avançou com um projeto para aumentar o teto do MEI, mas ainda discute a mudança das outras faixas do Simples. "As micro e pequenas empresas estão pagando mais **tributos** por conta da defasagem do Simples, então a alteração seria um mecanismo de compensação para as empresas que serão oneradas com o fim da escala 6x1", afirmou a assessora da FecomercioSP.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais tributos, custe o que custar (Artigo)

Everardo Maciel

Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Acrônica incapacidade de enfrentar os déficits fiscais pela via do corte de despesas, que ao contrário seguem uma consistente trajetória de crescimento, explica a compulsiva política de elevação dos **tributos**, mesmo quando dela resulta a derrogação de conceitos tributários que se presumiam consolidados.

Na Constituição, inexistente uma expressa segregação entre **tributos** arrecadatórios e regulatórios. Pode-se, todavia, entender que há em alguns, como no Imposto de Renda, a prevalência do caráter arrecadatório, contrastando com outros, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e os **impostos** de importação e de exportação, em que prevalece a extrafiscalidade.

Um tributo arrecadatório pode ter repercussões extrafiscais ou vice-versa. A distinção na finalidade prevalecente permite que se adotem, com as ressalvas feitas, as expressões **tributos** arrecadatórios e regulatórios.

Para os **tributos** regulatórios, a Constituição dispensou as exigências de legalidade e anterioridade, a título de delegação legislativa, desde que o Poder Executivo observasse as condições e os limites fixados em lei.

Esse arcabouço conceitual tem sido vítima de um fiscalismo predatório que degrada o sistema tributário brasileiro.

O IOF, em 2021, foi utilizado, sem qualquer propósito regulatório, para financiar aumento no valor do Bolsa Família. Já em 2025, a despeito do discurso regulatório, a elevação das alíquotas do IOF destinava-se, sem lugar a dúvidas, à geração de receitas visando ao cumprimento das metas fiscais. Em ambos os casos, pode-se perceber um indistinto desvio de finalidade. Afinal, qual teria sido a intenção do constituinte ao prever o IOF, senão o interesse regulatório?

Os recentes e fortes aumentos nos preços do petróleo serviram de pretexto para a edição da Medida Provisória (MP) n.º 1.340/2026, ainda pendente de apreciação no Congresso e já objeto de questionamento judicial. Essa MP instituiu a incidência

do imposto de exportação sobre as saídas de petróleo bruto, com objetivo declaradamente arrecadatório.

A história do imposto de exportação está vinculada a questões extrafiscais. O exemplo mais ilustrativo foi sua incidência, em 1999, nas exportações de fumo in natura para o Paraguai e o Uruguai, à alíquota de 150%. Seu objetivo era tornar proibitivas essas exportações, que retornavam para o Brasil sob a forma de cigarros contrabandeados. Se fosse eficaz, portanto, não haveria arrecadação.

A constitucionalidade dessas normas deveria merecer atenção especial do Supremo Tribunal Federal (STF), mas o malsinado foro privilegiado exaure sua agenda.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Mais **tributos**, custe o que custar

Sítio: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Petróleo ajudará contas públicas, diz número 2 do Planejamento

THAÍS BARCELLOS E FABIO GRANER
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

As contas públicas federais devem ter resultado melhor do que o esperado este ano, em virtude da receita extraordinária decorrente do choque de petróleo com a guerra no Oriente Médio, afirmou ao GLOBO o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Guilherme Mello. Segundo ele, a intenção do governo é usar apenas parte da arrecadação extra obtida com a commodity na redução dos preços de combustíveis, como propõe um projeto enviado ao Congresso.

Mello. "Com essas receitas extraordinárias, é possível ter um primário melhor este ano"

- Com essas receitas extraordinárias, é possível ter um primário melhor este ano - disse Guilherme Mello, que no mês passado trocou a Fazenda pelo Planejamento. - Não temos a perspectiva de usar tudo (a receita extra para reduzir os **tributos** sobre combustíveis). Vamos usar uma parte. É só fazer a conta de quanto custa para fazer a subvenção.

A sinalização é que o restante do dinheiro poderá ser usado para alcançar um resultado primário (receitas menos despesas, antes dos juros) mais favorável, o que ajudaria a conter o crescimento do endividamento público.

Atualmente, o governo prevê um déficit primário de R\$ 59,8 bilhões, ou 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para este ano. Esse cenário, porém, considera um preço médio do barril de petróleo de US\$ 73, enquanto a cotação tem se mantido ao redor de US\$ 100.

Mello disse que estimativas da Secretaria de Política Econômica da Fazenda, considerando cotações do barril de petróleo mais próximas de US\$ 100, apontavam que a receita extra poderia ser de R\$ 80 bilhões a R\$ 100 bilhões, considerando royalties, participações especiais, leilões e **impostos** sobre empresas do setor. Ele não antecipou qual será o aumento oficial de arrecadação que o governo vai incorporar às suas contas. O dado deve ser divulgado no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que tem de ser publicado até o próximo dia 24.

O secretário explicou que o governo considera justo repassar parte do ganho para a população, na forma de preços mais baixos dos combustíveis. Já foram anunciadas subvenções para o diesel e o gás de cozinha, além da desoneração de PIS/Cofins do diesel, biodiesel e querosene de aviação.

"SITUAÇÃO EXCEPCIONAL"

Mello defendeu o projeto enviado ao Congresso que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir o uso, neste ano, da receita extraordinária do petróleo para compensar a perda de arrecadação com a redução dos **impostos** sobre combustíveis. A iniciativa vai permitir desonerar gasolina e etanol:

- Estamos falando, dependendo de quanto ficar o barril, de algo em torno de R\$ 100 bilhões. Ao permitir que essa subvenção temporária seja compensada por esse aumento extraordinário de receita, nós estamos respeitando o espírito da LRF sobre a necessidade de compensação.

Mello destacou ainda que a fórmula encontrada pelo governo não cria problema para o futuro, como um represamento da **inflação**, uma vez que o incentivo está ligado ao preço do petróleo. Quando a cotação da commodity ceder, os incentivos serão retirados.

- Nós estamos sendo muito conservadores. É uma situação excepcional, que exige medidas excepcionais - afirmou o secretário. - Não é correto que o governo se torne um sócio beneficiário (da guerra) enquanto a população sofre.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajuda emergencial, dúvida a longo prazo

» **RAPHAEL PATI** » **PEDRO JOSÉ***

O Novo Desenrola Brasil, lançado nesta semana para aliviar a pressão no bolso do cidadão endividado, vai além da renegociação. Ele redefine, de forma estrutural, as condições de acesso ao crédito e os limites do endividamento no Brasil, como explicam especialistas.

No caso do crédito consignado, a mudança mais relevante é a redução progressiva da margem consignável: dos atuais 45% da renda bruta para 40%, com previsão de queda de dois pontos percentuais ao ano até o patamar de 30%. Entre os grupos que podem aderir ao programa estão servidores ativos, aposentados e pensionistas dos Três Poderes, além de vinculados a autarquias e fundações públicas federais. De acordo com especialistas consultados pelo Correio, a ampliação do prazo máximo do consignado para servidores e por meio do **INSS** para 120 meses - e a previsão de carência de até 120 dias - conferem ao servidor maior capacidade de planejamento financeiro. Além disso, há condicionalidades que podem evitar novo endividamento.

Um dos requisitos estabelecidos pelo governo, por exemplo, é a proibição de apostas em bets pelo prazo de 12 meses após a renegociação, como destaca a advogada Yara Soares Oliveira, especialista em direito civil e empresarial no Deborah To-ni Advocacia. "Trata-se de cláusula de natureza comportamental, cuja validade pressupõe consentimento livre, expresso e informado no momento da contratação. A ausência dessa formalidade abre margem para contestação judicial posterior, com risco de nulidade parcial do negócio jurídico" destaca.

Já no âmbito empresarial, o Desenrola Empresas, que também faz parte do programa, condiciona o acesso ao benefício à contratação prévia pelo ProCred 360 ou pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), à

inadimplência mínima de 90 dias e à constituição da dívida até 31 de janeiro de 2026, critérios que delimitam o público com precisão técnica, mas que, por consequência, excluem empresas endividadas por outras linhas de fomento.

A ampliação dos limites de crédito de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil no Pronampe e de R\$ 150 mil para R\$ 180 mil no ProCred 360, combinada à extensão dos prazos

de carência para 24 meses e do prazo total para 96 meses, recompõem a capacidade operacional de empresas que, sem acesso a capital de giro, estariam condenadas à paralisia ou à dissolução irregular, na visão de especialistas.

Para Yara, o ponto mais relevante do novo programa é a retomada imediata do acesso ao crédito após a renegociação: "A inadimplência formal perante o sistema financeiro não é apenas um problema de

fluxo de caixa, é uma restrição jurídica que impede a empresa de participar de licitações, obter certidões negativas de débitos e cumprir obrigações contratuais essenciais à sua continuidade. A regularização imediata da situação cadastral, portanto, tem efeito prático superior ao próprio desconto concedido sobre a dívida" complementa.

Cuidados

A planejadora financeira Gabriela Vale acredita que o programa é uma iniciativa positiva para ajudar quem está endividado a reorganizar a vida financeira, principalmente por permitir negociar dívidas com condições melhores, como juros menores e prazos mais longos. "Isso pode aliviar bastante o orçamento no curto prazo e facilitar a saída da inadimplência", destaca a especialista.

Por outro lado, ela destaca que o programa deve atuar mais como um "alívio emergencial" do que uma solução estrutural. Na visão da planejadora financeira, ele ajuda a renegociar o passado, mas não resolve, por si só, as causas do endividamento, como falta de planejamento financeiro, renda comprometida e uso recorrente de crédito caro.

"Outro ponto de atenção é não usar todo o dinheiro disponível para quitar dívidas e acabar ficando sem reserva, o que pode gerar novos imprevistos e levar a mais endividamento. Ou seja, é uma boa oportunidade para recomeçar, mas o resultado só se sustenta no longo prazo se vier acompanhado de organização financeira e mais consciência no uso do crédito", avalia Vale.

Na avaliação do advogado Matheus Lavocat, especialista em direito tributário, o Novo Desenrola Brasil

apresenta efeitos positivos no curto prazo, mas levanta preocupações estruturais no médio e longo prazo.

Segundo ele, a medida pode reabilitar milhões de CPFs e estimular o consumo ao reduzir a inadimplência nominal, em um cenário em que mais de 80% das famílias brasileiras estão endividadas, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

"O Desenrola é uma medida de alívio econômico potencialmente interessante, mas que carrega riscos estruturais. Ao institucionalizar rodadas periódicas de renegociação com descontos elevados, o Estado pode sinalizar que o inadimplen-to é uma estratégia viável", afirmou.

Lavocat também questiona a utilização de recursos públicos como mecanismo de sustentação da política. "O uso de fundos garantidores transfere riscos do setor privado para

o Estado, o que pode distorcer a análise de crédito e fragilizar a disciplina do mercado no longo prazo", explicou. Em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ele aponta um desvio de finalidade. "Há uma priorização da liquidez imediata em detrimento da poupança de longo prazo do trabalhador", disse.

Do ponto de vista técnico, Lavo-cat avalia que críticas ao programa fazem sentido ao considerar seu alcance limitado. "Trata-se de uma solução paliativa, que ataca o estoque de dívidas, mas ignora causas estruturais como **inflação**, desemprego e perda de renda. Sem melhora na economia real, há risco de adiamento da insolvência", declarou.

Em relação aos impactos econômicos, o especialista aponta efeitos distintos entre setores. No curto prazo, bancos podem ser beneficiados pela recuperação de créditos e reversão de provisões, enquanto o varejo tende a registrar aumento na demanda. Já no médio prazo, ele alerta para riscos fiscais. "Se houver expansão de crédito sem sustentação e necessidade de novos aportes públicos, pode haver pressão sobre juros e câmbio, afetando a percepção de responsabilidade fiscal", concluiu.

Na avaliação do professor de economia da UnB, Newton Marques, o Novo Desenrola possui base financeira para operar dentro do modelo proposto, a partir de um arranjo entre o governo e o sistema bancário. Segundo ele, o uso do Fundo de Garantia de Operações (FGO) é central para viabilizar a iniciativa. "O governo fez um acerto com os bancos de tal forma que vai usar o FGO, que assume o pagamento em casos de inadimplência após a renegociação. Isso permite que os bancos ofereçam juros mais baixos e reduzam encargos das dívidas passadas", explicou.

O professor destacou que, na prática, os beneficiários terão acesso a condições mais favoráveis de pagamento. "As pessoas terão prazo maior, descontos nas dívidas e taxas de juros mais baixas" afirmou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/07/all.pdf>

BC faz uma intervenção fora de hora no câmbio (Editorial)

A valorização do real, que caiu a seu mais baixo valor diante do dólar desde fevereiro de 2024 na terça-feira (R\$ 4,90), é um efeito de ventos favoráveis ao Brasil, mesmo em um contexto de alta instabilidade provocada pela guerra de Estados Unidos e Israel contra o Irã. Há pressão inflacionária global, contida no país com a ajuda da desvalorização do dólar em 10,5% no ano. Um dia depois de divulgar a ata de sua última reunião, na qual aponta inflação se afastando mais da meta, compromisso de evitar os efeitos secundários do choque do petróleo e sugestão de que os cortes de juros poderão ser interrompidos, o Banco Central resolveu intervir no câmbio, aparando a queda das cotações. Por vários fatores, não é hora apropriada de colocar a política cambial na direção contrária da monetária, como se não bastasse a política fiscal expansionista a jogar contra os objetivos de controle da inflação.

A guerra e o choque petrolífero apenas interromperam por um breve período a perda do valor do dólar diante do real que ocorre desde o início do ano. Os investidores internacionais resolveram reequilibrar seus portfólios globais, melhorando em alguma medida a participação dos mercados emergentes, sem deixar de manter posição predominante nos ativos norte-americanos. Essa reavaliação trouxe até o fim de abril cerca de R\$ 65 bilhões para ações e aplicações de renda fixa para o Brasil, valorizando o real diante do dólar.

Como grande exportador de petróleo, diante do choque da guerra e da escalada dos preços, o Brasil recebeu mais recursos externos, fortalecendo adicionalmente a moeda. O real foi a divisa que mais tirou proveito das turbulências, mas outras também se beneficiaram, como os pesos colombiano e mexicano. Pela primeira vez em uma séria crise global, o dólar não se tornou o refúgio exclusivo de segurança diante da aversão ao risco, em parte porque os riscos criados pelas políticas de Donald Trump para os ativos norte-americanos tornaram-se significativos.

Pelo motivo errado para a sociedade brasileira, um dos principais fatores de atração dos investidores externos para o Brasil permaneceu firme: juros reais próximos a 10%, um dos maiores do mundo, e, no terreno doméstico, os mais elevados em duas décadas. O diferencial de taxas em relação ao dos países desenvolvidos e mesmo ao de emergentes do

mesmo porte (exceto Rússia, com juros ainda maiores) é enorme, e a valorização do real amplia as margens de ganho de aplicações de curto prazo no país.

A valorização do real amortece a alta de preços de commodities, reduz preços das importações e dos bens comercializáveis e tem dado boa contribuição para atenuar a alta da inflação. O contraexemplo é a megadesvalorização do dólar em 2024, quando subiu a R\$ 6,18, potencializando a elevação das cotações das commodities e alimentando um ciclo inflacionário que só foi contido na primeira metade de 2025.

O BC passou a reconhecer, com o conflito no Oriente Médio, dificuldades crescentes para reduzir os juros, tarefa na qual a valorização do real é um coadjuvante de peso. O elevado custo do dinheiro por um período prolongado aumentou o nível de inadimplência de pessoas físicas e empresas e tem contribuído para reduzir o ritmo dos investimentos. Reduzir juros é prioridade de curto prazo da agenda econômica, o que deve ser feito, claro, com toda a cautela necessária para que a inflação não ressurgja, revigorada, em seguida.

Por motivos técnicos, o BC comprou US\$ 500 milhões no mercado futuro, evitando provisoriamente novas quedas da moeda americana. Para analistas, o BC está "desmontando posições" nos swaps acumulados (US\$ 95,8 bilhões) aproveitando o custo favorável para se desfazer deles. Desde janeiro de 2022 os swaps se mantêm perto dos US\$ 100 bilhões, e um momento de crise como o atual não é o propício para tecnicidades. A última operação do tipo da de ontem foi feita em 8 de novembro de 2016, há quase 10 anos.

Além disso, se há supostos inconvenientes na valorização, não faria sentido, diante da abundância do influxo de capitais externos, o Tesouro obter US\$ 4,5 bilhões e 5 bilhões em captações recentes. Faz sentido, porém, se essas captações forem uma forma de cobrir posições de investidores que retirassem recursos do país porque os juros caíram e deixaram de ser atrativos. Isso infelizmente não ocorreu. Alguns bancos e economistas calculam que a taxa de equilíbrio do real em relação ao dólar seria algo entre R\$ 4,70 e R\$ 4,90, ou seja, à cotação atual a moeda não estaria valorizada em excesso.

Enquanto as projeções do Focus mostram uma **inflação** cada vez mais desancorada, como reconhece o BC, o questionário pré-Copom, que em vez de projeções inquire sobre qual deveria ser a ação da autoridade monetária, indicou que a maioria absoluta recomenda ao BC continuar diminuindo os juros nas duas próximas reuniões: 57% acham que os cortes devem ser de 0,25 ponto percentual e 34%, de 0,5 ponto percentual. Há espaço para pensar em reduzir os juros cautelosamente, mas dar sinal errado no câmbio em um momento inapropriado certamente não ajudará a tarefa.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Commodity cai 7% com possível fim da guerra no Irã

Luana Reis, Cristiana Euclides e Artur Scaff

O otimismo de que um acordo de paz entre os Estados Unidos e o Irã possa ser alcançado em breve levou a um forte movimento de alívio nos mercados nesta quarta-feira, impulsionando os índices S P 500 e Nasdaq para novas máximas de fechamento em Nova York. Os preços do petróleo tiveram queda de 7%, mas terminaram o dia longe das mínimas da sessão e seguem perto do nível de US\$ 100 por barril. Os rendimentos dos Treasuries e o dólar recuaram.

O petróleo tipo do Brent (referência mundial) com vencimento em julho fechou em queda de 7,82%, cotado a US\$ 101,27 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (referência americana) com entrega prevista para junho caiu 7,03%, a US\$ 95,08 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex).

O site de notícias Axios noticiou nesta quarta que os Estados Unidos e o Irã estariam próximos de chegar a um acordo para acabar com a guerra no Oriente Médio, o que levou a uma forte queda nos preços do petróleo e melhora na percepção de risco entre os investidores. O conflito, que dura mais de dois meses, interrompeu o tráfego de petróleo no Estreito de Ormuz, por onde normalmente passa cerca de 20% do total de exportação mundial, levando os preços a dispararem para seus maiores valores desde 2022.

Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã disse à CNBC que o país estava avaliando uma proposta de paz americana, contribuindo para reforçar o otimismo entre os investidores. A agência de notícias Bloomberg reportou que a proposta americana, caso aceita, levaria à reabertura gradual do Estreito de Ormuz e ao fim do bloqueio naval americano aos portos iranianos.

Nada foi acordado até agora e negociações detalhadas sobre o programa nuclear iraniano devem ocorrer posteriormente no processo, de acordo com fontes próximas ao assunto.

Os preços do petróleo terminaram o pregão longe das mínimas da sessão, no entanto, sugerindo que ainda pode haver certa cautela entre os operadores. "O renovado otimismo de que um acordo de paz permanente entre Estados Unidos e Irã está próximo fez o contrato do WTI de primeiro mês voltar a cair

abaixo de US\$ 100 por barril, embora preocupações com a oferta persistam, com os preços do petróleo nos Estados Unidos ainda acima de US\$ 90 por barril", comentam Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas do BMO Capital Markets.

O contrato futuro do petróleo Brent com vencimento em dezembro terminou o dia em queda de 6,01%, cotado a US\$ 85,12 por barril, permanecendo bem acima dos níveis anteriores à guerra. Antes do conflito, os participantes do mercado precificavam o Brent em torno de US\$ 65 no fim deste ano.

O presidente americano, Donald Trump, disse em suas redes sociais que, caso o Irã não concordar com a proposta, "os bombardeios começam", o que levou os contratos futuros do petróleo a reduzirem parte das perdas vistas no começo do dia.

Trump também disse que o Irã aceitar o acordo seria uma "grande suposição" e afirmou em um evento mais tarde que os Estados Unidos estavam "se saindo bem" nas negociações. "Eles querem fechar um acordo", ele acrescentou. Segundo a Bloomberg, as autoridades iranianas devem enviar uma resposta à proposta americana por meio do Paquistão nos próximos dois dias.

O HSBC aumentou sua projeção para o Brent neste ano de US\$ 80 para US\$ 90 nesta quarta-feira, assumindo que o tráfego no Estreito de Ormuz só deve começar a retornar a partir de meados de junho, voltando ao normal até o fim do terceiro trimestre. "Uma disrupção mais prolongada implica maiores quedas de estoques, uma recomposição pós-guerra mais desafiadora e um prêmio de risco residual mais elevado, sustentando um nível mais alto de preços no longo prazo", afirmam os analistas liderados por Kim Fustier em relatório. Eles também elevaram sua estimativa para o Brent em 2027 de US\$ 70 para US\$ 75.

Ainda assim, o tom predominante no pregão foi de alívio na percepção de risco. No mercado de ações, o índice S P 500 subiu 1,46%, aos 7.365,12 pontos, e o Nasdaq avançou 2,02%, aos 25.838,943 pontos, ambos renovando seus recordes de fechamento pelo segundo dia consecutivo. O Dow Jones teve alta de 1,24%, aos 49.910,59 pontos.

No fim do dia, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em 2 anos caíram para 3,870%, de 3,950% no fechamento anterior, e os rendimentos dos Treasuries com vencimento em 10 anos recuaram para 4,351%, ante 4,429% na última sessão. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, tinha queda de 0,43%, aos 98,018 pontos. Com exceção do real e do peso colombiano, o dólar também apresentou ampla desvalorização frente a moedas de mercados emergentes nesta quarta-feira.

No cenário macroeconômico, o relatório da Automatic Data Processing (ADP) mostrou a criação de 109 mil vagas nos setor privado americano em abril, marcando o maior crescimento desde janeiro de 2025, embora tenha tido pouco efeito sobre a dinâmica de preços dos ativos no pregão.

O presidente da distrital do Federal Reserve (Fed, banco central americano) de St. Louis, Alberto Musalem, voltou a destacar preocupação com a **inflação** elevada nos Estados Unidos. "Temos riscos tanto no lado do emprego quanto no lado da **inflação**. No meu entendimento, os riscos estão se deslocando mais para o lado da **inflação**", disse em evento.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Juros despencam e Ibovespa avança com possível acordo entre EUA e Irã

Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet

A esperança de que os Estados Unidos e o Irã cheguem a um acordo diplomático para encerrar a guerra no Oriente Médio e reabrir o Estreito de Ormuz, canal responsável por cerca de 20% do escoamento da produção global de petróleo, guiou o movimento bastante positivo do Ibovespa e, principalmente, dos juros futuros no pregão de ontem.

Com o tombo de 7% dos preços da commodity e a melhora da percepção de risco dos investidores, as taxas prefixadas encerraram a sessão em forte baixa: a do contrato de DI para janeiro de 2029, por exemplo, recuou de 13,745% para 13,52%, e a do DI para janeiro de 2031 cedeu de 13,80% a 13,605%.

O Ibovespa registrou alta de 0,50%, aos 187.691 pontos, com seu desempenho contido pelos recuos de 3,87% das ações ON da Petrobras e de 2,92% dos papéis PN da companhia.

Em carta mensal, a Ibiuna Investimentos afirma que o quadro agregado permanece construtivo para a bolsa brasileira, sustentado pelo patamar dos preços do petróleo e pelo processo de ciclo de queda de juros.

"Mantemos foco em companhias dotadas de robustez operacional, baixa alavancagem financeira e disciplina exemplar na alocação de capital. Para as próximas semanas, monitoraremos especialmente os desdobramentos do conflito no Oriente Médio e a sinalização do Banco Central quanto à continuidade do ciclo de redução da Selic em meio a um quadro inflacionário mais desafiador", diz o texto.

Como tem sido praxe desde o início da guerra no Oriente Médio, os juros futuros seguiram a evolução dos preços do petróleo na sessão de ontem. Na sua carta mensal de gestão, a Legacy Capital destaca que o ciclo de cortes da taxa Selic precificado pelo mercado na curva a termo é praticamente idêntico à evolução do preço do petróleo em reais nos últimos dois meses.

"Isso revela como fatores idiossincráticos da conjuntura econômica brasileira perderam relevância na determinação da dinâmica de mercado. Temas que antes ocupavam papel central, como medidas fiscais populistas endereçadas pelo governo para fins

eleitorais, ou surpresas em dados de **inflação** e atividade, foram praticamente deixados de lado", diz a carta da gestora.

"O petróleo é um ativo com volatilidade anual ao redor de 70%, e é isso que estamos vendo no mercado de renda fixa global", diz Ian Lima, gestor de renda fixa ativa da Inter Asset. Para ele, mesmo depois da onda de "stops" (zeragem abrupta de posições) que afetou os juros no início da guerra, a renda fixa brasileira ainda se mostra mais frágil que o câmbio ou a bolsa quando os três mercados são avaliados sob paridade de risco.

Para ele, o trecho intermediário da curva de juros prefixados é onde há espaço para ganhos potenciais mais relevantes. Em caso de normalização do mercado de petróleo, o Banco Central pode prosseguir com o ciclo de cortes da Selic e até acelerá-lo à frente, passado o efeito inflacionário do choque atual. Lima destaca que a curva futura do petróleo precifica uma normalização da oferta no período de 12 meses.

"Uma vez se normalizando o petróleo, o ciclo [de cortes] pode seguir ao longo de 2027, o que vai ajudar os vértices de 2029 e 2030 de forma um pouco mais célere", avalia Lima, ponderando que esse é um cenário que pode não se concretizar e depende amplamente do nível em que o preço do petróleo vai se estabilizar.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Brasil mira descarbonização da Europa

João Sorima Neto e Lucianne Carneiro Os jornalistas viajaram a convite da ApexBrasil

O Brasil saiu com outro tamanho da Hannover Messe, feira de tecnologia industrial realizada na cidade alemã de Hannover entre os dias 20 e 24 de abril. A avaliação foi feita pelo presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Laudemir Müller. Na edição deste ano, o país foi parceiro do evento, com uma participação coordenada pela agência.

Durante a feira, segundo Müller, o Brasil teve a oportunidade de se apresentar como alternativa para a economia de baixo carbono, com o domínio da tecnologia de produção de biocombustíveis, além de reforçar o papel estratégico como grande fonte de terras raras e energia limpa.

Ao Valor, Müller observou que as regulações europeias e a incompreensão sobre o modelo de agricultura tropical brasileiro ainda representam obstáculos significativos a serem superados na relação entre Mercosul e União Europeia. O acordo comercial entre dois blocos entrou em vigor, ainda que provisoriamente, no dia 1o de maio. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual o balanço do Brasil na Hannover Messe?

Laudemir Müller: O Brasil sai com outro tamanho da Hannover Messe. Primeiro, porque foi o país parceiro da feira. Trouxemos a maior delegação da história, com 300 empresas, e 140 expuseram. O presidente Lula participou junto com o chanceler alemão, Friedrich Merz. E a conjuntura geopolítica ajudou. Há um interesse pelo Brasil porque há um alinhamento geopolítico. O Brasil se mostrou como o país da negociação, da abertura, uma nação estável. Isso é muito importante para os europeus e, especialmente, para os alemães.

Valor: Quais os motivos de interesse dos europeus?

Müller: O Brasil aparece nesse contexto geopolítico como um parceiro estável, que dialoga. O país tem terras raras para a transição energética. Essa é nossa maior força, mas desperta o interesse porque há procura por suas empresas e soluções. Recebemos mais de cinco mil visitas nos estandes brasileiros, presentes em seis pavilhões. Estamos falando de indústria 4.0, mas não é só automação. É a integração de diversas automações. As máquinas se adaptam,

conversam entre si e aprendem sozinhas. E adaptação é uma característica do Brasil. Sabemos adaptar e criar. A transição energética, a inteligência artificial e os minerais críticos levam muito ao Brasil.

Valor: Como foram os negócios?

Müller: Nosso objetivo é sempre atrair investimentos e fazer com que os empresários fechem negócios. Entre as cerca de 60 startups que participaram, o objetivo era fechamento de negócios, mas também conexão com parceiros para desenvolver soluções conjuntas. O principal ganho foi mostrar o Brasil, permitir que o mundo veja as soluções oferecidas pelas companhias brasileiras. A feira faz as pessoas te conhecerem e verem tua solução. Quando esse relacionamento amadurece é que se fecha um negócio.

Valor: O soft power brasileiro ajuda nessas negociações?

Müller: Viemos para chamar a atenção ao que o Brasil tem e também dar a oportunidade para o empresário se conectar com o mundo. Encontrar as pessoas, apertar a mão, conversar, perguntar, saber quem é quem. Esse soft power é muito importante. Nenhum empresário brasileiro vende alguma coisa só por ele. Quem vai fazer negócio pergunta de onde ele vem. A Weg é uma empresa multinacional, mas é uma companhia brasileira de motores elétricos. A Embraer é uma fabricante de aviões brasileira. A imagem do Brasil é muito importante para os negócios.

Valor: Como foi a negociação para o Brasil ser um país parceiro?

Müller: Nossa vontade de ser país parceiro se encontrou com o interesse dos próprios alemães, da própria Hannover Messe, que desejava o Brasil como destaque na feira. Tem sempre uma fila de países interessados e há uma negociação para a escolha. Começamos esse trabalho há dois anos. A escolha [do Brasil como país parceiro] tem a ver com a retomada da política industrial no Brasil, com a Nova indústria Brasil (NIB), e a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Valor: O acordo entre Mercosul e União Europeia também ajudou?

Müller: O acordo é a comprovação de que, enquanto alguns países se fecham, aumentam tarifas, buscam o conflito e pressionam o preço da energia, outros, como

o Brasil, a Alemanha e as nações do Mercosul e da União Europeia, estão no caminho contrário, de abertura e negociação.

Valor: O acordo comercial pode potencializar os negócios?

Müller: A tarifa de 543 produtos vai ser zero. Isso muda tudo. Temos estimativa na ApexBrasil de que os produtos com tarifa zero para entrar na Europa podem render ao Brasil, só no primeiro ano, cerca de US\$ 1 bilhão a mais em exportações para a Europa, atualmente, perto de US\$ 50 bilhões. Ao mesmo tempo, abre-se um novo mercado e haverá interesse de empresas europeias para investir mais no Brasil. O país também passa a ser mais barato e mais competitivo. Então, existe uma confluência entre a conjuntura geopolítica, de transição energética, e o foco do Brasil na abertura comercial. Se juntarmos os dois blocos, trata-se de um **PIB** conjunto de US\$ 22 trilhões e um mercado de 720 milhões de pessoas. Isso ativa negócios.

Valor: Temas como transição energética, biocombustíveis e minerais críticos foram recorrentes. Como transpor barreiras de regulação de biocombustíveis na Europa?

Müller: O Brasil tem enorme possibilidade de apoiar a Europa na transição e descarbonização da energia. Os biocombustíveis são o elemento central disso, ao lado de hidrogênio verde e outras soluções. O Brasil produz perto de 50 bilhões de litros de etanol, considerando cana e milho, e 10 bilhões de litros de biodiesel. E temos ainda um potencial grande para mobilizar mais produção. Podemos avançar com milho em áreas degradadas em 40 milhões de hectares. No Sul, é possível fazer biodiesel a partir de culturas de inverno. O Brasil domina a tecnologia, mas isso não quer dizer que automaticamente os biocombustíveis entram aqui na Europa.

Valor: Por quê?

Müller: Infelizmente, existem regulações que não permitem explorar todo o potencial brasileiro. Existe uma discussão dos europeus em relação à soja (leitura de que a produção de biocombustíveis reduz a oferta de alimentos e empurra a produção desses para a floresta, incentivando o desmatamento). Do nosso ponto de vista, é uma grande incompreensão do que é a agricultura brasileira.

Valor: Como tem sido o debate?

Müller: Tentamos mostrar que o modelo tropical de agricultura no Brasil é único: não temos neve e nem precisamos revolver o solo para plantar uma nova

cultura. Fazemos plantio direto e temos até três safras na mesma área. Isso é muito difícil para um europeu entender. Para ele, biodiesel produzido com soja e etanol de milho reduz a oferta de alimentos. Mas, ao produzir etanol de milho, produz também o farelo [alimento para bovinos, suínos e aves]. Então, para aumentar a produção de etanol de milho, vamos necessariamente aumentar a produção de carne. Isso é difícil para entenderem porque a cultura aqui é completamente diferente. Temos ainda esse debate para enfrentar.

Valor: Como podemos aproveitar o potencial do Brasil em minerais estratégicos?

Müller: A orientação do presidente Lula é que o Brasil precisa aproveitar o momento, onde a inteligência artificial é tão relevante. Para isso, o mundo precisa de minerais raros, que são estratégicos, e também de energia limpa, área em que o Brasil é uma das grandes potências. Se soubermos aproveitar essa janela, pode ser uma grande oportunidade. Queremos começar já a busca desses minerais raros, com a mineração verde, e agregar valor a essas terras raras no Brasil. Não queremos ser apenas exportadores de mais um mineral. Este é um tema estratégico para europeus e chineses. Para isso, no entanto, é preciso mobilizar muito capital. Queremos contar com os recursos internacionais.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>